

A EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL (2003-2013)

THE EVOLUTION OF FORMAL EMPLOYMENT WAGES IN BRAZIL (2003-2013)

Guilherme Caldas de Souza Campos¹

RESUMO

Com a retomada do crescimento econômico do Brasil nos anos 2000, o mercado de trabalho recuperou o impulso de crescimento perdido na década de 1990. Entre 2003 e 2013, esse contexto foi marcado pelo crescimento do emprego formal e dos seus salários, o que elevou o nível salarial e diminuiu a sua desigualdade. Utilizando-se de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), este artigo faz uma análise dessa evolução dos salários ocorrida concomitantemente ao intenso crescimento do emprego formal no Brasil nesses dez anos. Assim, uma classificação das categorias ocupacionais por nível médio de remuneração mostra que o aumento do poder de compra dos salários foi tanto maior quanto menor o nível de remuneração das categorias ocupacionais, sugerindo a importância da política de valorização do salário mínimo. A separação dos subperíodos 2003-2007 e 2007-2013, por sua vez, mostra a importância da continuidade do crescimento do emprego com baixa inflação para a elevação do poder de compra dos salários, sugerindo a relevância dos reajustes das categorias profissionais para a elevação do nível salarial com redução da dispersão relativa dos salários do emprego formal.

PALAVRAS-CHAVE: Emprego formal. Estrutura ocupacional. Estrutura salarial. Crescimento econômico. Salário mínimo.

ABSTRACT

With the recovery of economic growth in Brazil in the 2000s, the labor market recovered the impulse of growth lost in the 1990s. Between 2003 and 2013, this recovery was marked by growth of formal employment and their wages, so that the level is increased and wage inequality in formal employment decreased. Using data from the Annual Social Information (RAIS) of the Ministry of Labor and Employment (MTE), this article analyzes the evolution of wages that occurred with the strong growth of formal employment that occurred in Brazil. Thus, a classification of occupational categories by average level of wages shows that wage's purchasing power increases were greater as lower were the salary level of occupational categories, suggesting the importance of the minimum wage appreciation policy. The separation of the sub-periods 2003-2007 and 2007-2013, in turn, shows the importance of continuity of the employment growth with low inflation to the increase in wage purchasing power, indicating the relevance of professional categories readjustments for elevation of its level with reduction of the relative dispersion of wages in formal employment.

KEYWORDS: Formal employment. Occupational structure. Wages structure. Economic growth. Minimum wage.

1. INTRODUÇÃO²

Após o período de estagnação econômica e de alta das taxas de desemprego e de informalidade que predominou nos anos 1990, a economia brasileira voltou a crescer

¹ Bacharel em Ciências Sociais na modalidade Ciência Política, e Mestrando em Desenvolvimento Econômico na área de concentração Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). gcsouzacampos@gmail.com

² Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento, sob orientação do professor Paulo Eduardo de Andrade Baltar, do CESIT-IE/UNICAMP, sobre a evolução e a composição do emprego formal no Brasil no período compreendido entre 2003 e 2013. Foi originalmente apresentado no XIV Encontro Nacional da ABET, realizado em Campinas/SP, entre os dias 16 e 18 de setembro de 2015. Agradeço aos pareceristas anônimos e aos revisores da ABET pelas excelentes críticas e sugestões, isentando-os de qualquer responsabilidade quanto ao conteúdo deste texto.

nos anos 2000. Especialmente a partir de 2004, a economia brasileira seria marcada não apenas pela retomada do crescimento econômico, mas notadamente pela retomada do crescimento do emprego formal e dos salários nele praticados, caracterizando o período pela diminuição do desemprego, diminuição da informalidade e pela diminuição da dispersão salarial entre os trabalhadores do setor formal.

Dado o atual momento de ascensão de políticas econômicas de corte neoliberal e a possibilidade de retrocesso das conquistas que o país logrou nos últimos anos, entender esse crescimento se torna crucial para a manutenção das conquistas que ele viabilizou. A análise da evolução do salário médio do emprego formal e das suas dispersão e assimetria possibilita qualificar melhor o padrão de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro que se deu no período que se seguiu a 2004, contribuindo assim para o entendimento do fenômeno que caracterizou o período.

Este artigo trata do período 2003-2013 e se utiliza de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para fazer um breve estudo introdutório da evolução dos salários do emprego formal. Na introdução, apresentamos o contexto em que se deu este crescimento e as principais hipóteses para o fenômeno do crescimento do emprego e dos salários do setor formal. Em seguida, fazemos um estudo da dispersão das componentes da distribuição salarial a fim de selecionar uma variável chave para a análise. Na seção seguinte, utilizando a variável *categoria ocupacional* com os dados da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), procedemos com o estudo da evolução e da dispersão salarial do emprego formal, analisando-as em dois subperíodos, 2003-2008 e 2008-2013, para destacar as diferenças frente à crise financeira mundial de 2008. Por fim, analisamos o papel do salário mínimo e dos reajustes das categorias ocupacionais para a evolução dos salários do emprego formal.

2. EXPANSÃO RECENTE DO EMPREGO FORMAL E AUMENTO DO SALÁRIO MÉDIO

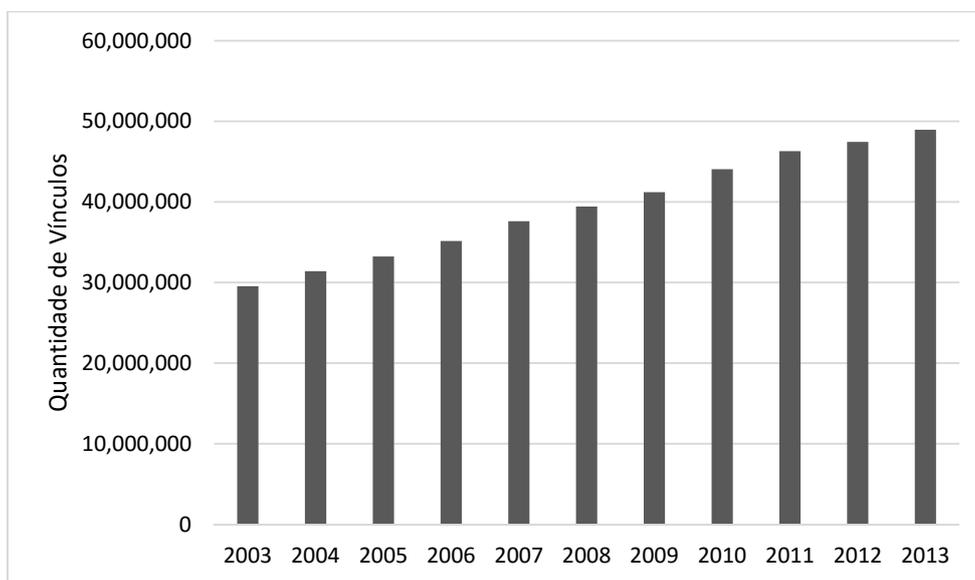
Entre os anos de 2003 e de 2013, o estoque de vínculos de emprego formal no Brasil registrou um intenso crescimento. Segundo dados da RAIS do MTE, de cerca de 29,5 milhões de vínculos de emprego no Brasil em 2003, o estoque cresceu para quase 49 milhões em 2013, um crescimento de 65,7%, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 5,2% ao ano no período de uma década (ver Figura 1, a seguir). A RAIS é um importante instrumento para a mensuração do emprego formal no país, indicando os contratos celetistas e estatutários em estabelecimentos com um mínimo de organização³.

Para além do crescimento do emprego, esse dado indica um forte processo de formalização do mercado de trabalho no Brasil, no qual não apenas se teria gerado novos postos de trabalho, como teriam sido postos gerados por estabelecimentos com um mínimo de organização que estabelecem contratos segundo a legislação trabalhista em vigor no país. Por formais, entendem-se contratos de trabalho formalmente registrados junto ao Estado e que, portanto, tendem a respeitar a legislação trabalhista e assegurar os direitos trabalhistas e sociais previstos na legislação. Dado um contexto em que o mercado de trabalho pós-abertura comercial e financeira caracterizou-se pelo elevado desemprego e pela informalidade dos contratos de trabalho, foi uma novidade

³ A RAIS é um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no qual os estabelecimentos são obrigados a fazer declaração anual, alimentando o seu banco de dados com informações sobre contratações, demissões, salários, etc. Serve como instrumento de controle para concessão de benefícios sociais e trabalhistas, de modo a configurar-se como importante *proxy* do emprego formal no país.

para a economia brasileira o intenso crescimento do emprego formal por mais de uma década.

Figura 1: Evolução do estoque de vínculos de emprego formal em 31 de dezembro, segundo a RAIS



Fonte: MTE – RAIS, vários anos. Elaboração própria.

Algumas hipóteses foram levantadas para auxiliar na explicação desse fenômeno. A primeira delas destaca um movimento exógeno da economia internacional no período considerado. Diferentemente dos anos 1990, a economia brasileira, especialmente após 2003, seria marcada por elevada taxa de crescimento da exportação que favoreceu o balanço de pagamento do país. Entre 2003 e 2011, o PIB brasileiro chegou a registrar taxas de crescimento que oscilaram entre 3% e 6%. Mesmo com a breve recessão de 2009, ocasionada pela crise mundial deflagrada no quarto trimestre de 2008, a economia brasileira ainda registraria um crescimento médio de 5% ao ano no período 2003 - 2011.

Possibilitado, por um lado, pela moeda desvalorizada após intensos aumentos da taxa nominal de câmbio em 1999, 2001 e 2002, e, por outro lado, pelo crescimento da demanda e a elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional (motivados, especialmente, pela demanda chinesa) a partir de 2003, o aumento da exportação teria dado o impulso inicial ao processo de recuperação pelo qual passaram o emprego e a renda no país. O aumento do emprego e a recuperação da renda do trabalho repercutiram no consumo. A ampliação da exportação e do consumo repercutiu favoravelmente no investimento. Enquanto a moeda nacional permaneceu desvalorizada, foi forte a repercussão da ampliação da exportação, do consumo e do investimento sobre a produção doméstica, apesar do intenso aumento da importação (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006; POCHMANN, 2006).

O *ciclo das commodities* contribuiu para a expansão não somente das exportações de *commodities*, mas também das exportações brasileiras de bens manufaturados para países beneficiados pelo forte aumento da exportação de *commodities*. As exportações melhoraram o balanço de pagamentos e houve forte ampliação do mercado doméstico (BALTAR *et al.*, 2010; KREIN e MANZANO, 2014). O crescimento da economia brasileira ocorreu com redução da inflação e a retomada do crescimento do emprego foi acompanhada de aumento no poder de compra dos salários.

No entanto, a retomada do crescimento econômico não poderia explicar sozinha o fenômeno do crescimento do emprego formal, dada a estrutura ocupacional e as práticas trabalhistas herdadas dos anos 1990 no Brasil. Um outro conjunto de hipóteses destaca a formalização dos contratos de trabalho no Brasil, ressaltando o papel do Estado e das políticas públicas na regulação e na fiscalização não somente do trabalho, mas também da própria atividade econômica, durante o período de retomada do crescimento, o que garantiu que o crescimento da ocupação se traduzisse em maior geração de empregos formais.

Por um lado, a ideia de que políticas regulatórias, como simplificação tributária e concessão de microcrédito para micro e pequenas empresas (CARDOSO Jr., 2007), e fiscalizatórias, como o aperfeiçoamento do sistema federal de fiscalização do trabalho (SIMÃO, 2009), teriam contribuído não apenas para a formalização de vínculos de trabalho já existentes (que antes seriam informais), mas também para a garantia de formalização dos novos vínculos que surgiam, fosse por meio de expansão dos estabelecimentos já existentes, fosse pela criação de novos estabelecimentos e regularização de já existentes, que foi bastante intensa no período. Nesse sentido, é destacado o aumento do emprego formal nos pequenos estabelecimentos que seriam mais propensos à irregularidade da atividade e à informalidade dos contratos de trabalho (CORSEUIL, MOURA e RAMOS, 2011). Essas políticas, entretanto, inseriam-se em um contexto no qual o governo federal foi levado a gerar expressivos superávits primários, e para isso, empreendeu um esforço de formalização das empresas e de seus vínculos de trabalho com exigência de regularização fiscal e previdenciária, com vistas à ampliação da arrecadação de impostos e contribuições sociais (BALTAR *et al.*, 2006).

Por outro lado, chama-se também a atenção para o fato de a retomada do crescimento da economia ter sido acompanhado de maior demanda e oferta de crédito e de maior arrecadação de impostos e contribuições sociais que ampliam as possibilidades de atuação do setor público. Os aumentos do crédito e da atuação do setor público incentivam a regularização do estabelecimento e a formalização dos contratos de trabalho. Para participar de licitações e programas de fomento econômico e, ainda, ter acesso ao crédito, era necessário a regularização do estabelecimento e estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias (BALTAR *et al.*, 2010; BALTAR, 2011; KREIN e MANZANO, 2014). Em suma, o próprio crescimento do PIB teria incentivado cada vez mais os empreendimentos a se regularizar e a formalizar também os contratos de trabalho, resultando no forte crescimento dos vínculos de emprego contabilizados pela RAIS.

No entanto, o crescimento da economia brasileira que se deu entre 2003 e 2013 não significou apenas um crescimento do estoque de vínculos de emprego formal no Brasil, mas também um aumento do poder de compra dos salários e uma relativa diminuição da desigualdade de renda entre os empregados formais. Entre 2003 e 2013, o salário médio do mês de dezembro⁴ do conjunto dos empregados formais no Brasil registrou um aumento nominal de R\$ 985,30 em 2003 para R\$ 2.177,60 em 2013, significando, descontada a inflação⁵, um crescimento real de 30,6% em dez anos, ou uma taxa de 2,7% ao ano (ver figura 2, a seguir).

Embora ainda fosse 42% maior que o salário médio em 2013, o desvio padrão dos salários aumentou de 2003 para 2013 menos que o salário médio (18%, ou 1,7% ao ano), de modo a possibilitar uma redução do coeficiente de variação dos salários de 1,57

⁴ 31 de Dezembro é a data de referência para as informações prestadas pelos empresários à RAIS e será a data de referência para os dados neste artigo.

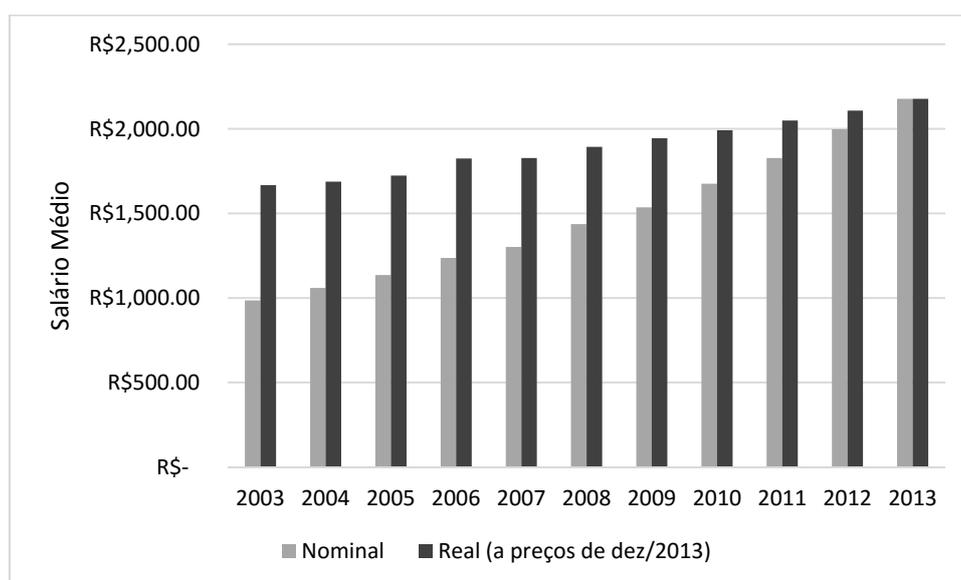
⁵ A inflação medida pelo INPC acumulada entre dezembro de 2003 e dezembro de 2013 foi de 69,2%, ou seja, uma inflação média de 5,4% ao ano.

em 2003 para 1,42 em 2013. Em suma, pode-se dizer que, juntamente com o forte crescimento do estoque de empregos formais, o poder de compra dos salários também aumentou, ao passo que diminuíram as diferenças de remuneração entre os empregados formais.

O forte aumento do emprego formal decorreu da maior atividade da economia e da maior regularização dos estabelecimentos, especialmente dos menores e que pagam menores remunerações. Não obstante, o salário médio dos empregados formais aumentou expressivamente o poder de compra desse grupo e houve redução na dispersão relativa das remunerações dos empregados formais, embora ainda tenha continuado muito alta. O ambiente político com um governo mais comprometido com os interesses dos trabalhadores facilitou essas mudanças.

Por um lado, em um quadro de crescimento do emprego, redução no desemprego e baixa inflação, os sindicatos conseguiram reajustes salariais maiores do que a inflação. Desde 2003, cada vez mais sindicatos e categorias ocupacionais alcançavam ganhos reais em seus reajustes salariais.

Figura 2: Evolução do salário médio de dezembro do emprego formal no Brasil, nominal e real (preços de dez/2013 INPC-IBGE)



Fonte: MTE – RAIS, vários anos. Elaboração própria.

Segundo dados do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 18,8% das unidades de negociação salarial⁶ pesquisadas em 2003 registraram reajustes salariais acima da inflação. Em 2004, essa proporção passava para 54,9% das unidades pesquisadas e, em 2005, a porcentagem passava para 71,7%. Em 2009, mesmo com a breve recessão causada pela crise financeira de 2008, pelo menos 80% das unidades de negociação salarial alcançariam reajustes salariais acima da inflação (DIEESE, 2012). Além disso, a diferença entre os reajustes de salário e a inflação tendeu a aumentar

⁶ “Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um ou mais documentos formalizados entre as partes, nos quais são estabelecidas normas para a regulamentação do trabalho” (DIEESE, 2012, p.292).

enquanto se manteve o quadro de forte crescimento do emprego, redução do desemprego e baixa inflação.

Por outro lado, a continuação da política nacional de valorização do salário mínimo e as transferências de renda por parte do governo federal, tanto no âmbito da previdência social quanto no âmbito dos programas de combate à pobreza, auxiliaram não apenas na elevação dos patamares dos salários mais baixos do emprego formal (e, indiretamente, dos empregos informais, por meio do “efeito farol”), como também contribuíram para a diminuição da desigualdade de rendas entre os trabalhadores de um modo geral (SABOIA, 2006; SOUEN, 2013). As aposentadorias de valores mais baixos seguem o salário mínimo, bem como os Benefícios de Prestação Continuada (idosos e deficientes físicos de baixa renda). Essas transferências de renda e o programa Bolsa Família foram particularmente importantes para ampliar a renda das famílias incapazes de obter um emprego remunerado, ou seja, que não foram beneficiadas pela melhora do mercado de trabalho (BALTAR *et al.*, 2010).

No entanto, ainda que de modo geral os salários tenham aumentado bastante e a desigualdade tenha diminuído, as diferenças de remuneração do emprego formal continuam ainda muito grandes. O objetivo deste artigo é analisar a evolução dos salários do emprego formal no Brasil entre os anos de 2003 e 2013, utilizando os dados da RAIS, e tentando contribuir para uma melhor compreensão do papel da estrutura ocupacional e das instituições que influem na formação dos salários do emprego formal.

3. A DISPERSÃO DOS SALÁRIOS DO EMPREGO FORMAL

A dispersão dos salários do emprego formal é determinada por uma infinidade de variáveis. No entanto, verifica-se que três delas respondem por mais de um terço das diferenças salariais: o *tipo de ocupação*, o *setor de atividade* e o *tamanho do estabelecimento empregador*. A RAIS nos permite calcular os salários médios e os desvios padrão utilizando essas variáveis, de modo que podemos mensurar o peso de cada uma delas sobre a variância total dos salários. O *tipo de ocupação* foi mensurado utilizando-se os subgrupos ocupacionais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), os *setores de atividade* com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷ e o *tamanho de estabelecimento empregador* foi definido pela quantidade de vínculos⁸ que cada estabelecimento declarante da RAIS apresenta em sua declaração no dia 31 de dezembro de cada ano.

A análise da variância dos salários do emprego formal da RAIS revela que as diferenças de salários médios entre as variáveis consideradas respondiam por 36,3% da variância total dos salários do emprego formal em 2003, enquanto que, em 2013, as mesmas variáveis passavam a responder por 39,2% da variância. No entanto, boa parte dessa parcela da variância se devia às diferenças de salário médio entre os subgrupos ocupacionais da CBO, que, em 2003, equivaliam a 22,3% da variância total dos salários médios e, em 2013, passaram a equivaler a 24,5% da variância total (ver Tabela 1). Essa análise revela a importância das diferenças de remuneração *entre* os subgrupos ocupacionais para a variância total dos salários do emprego formal. Ainda assim, como se pode notar pela Tabela 1, a maior parte da dispersão dos salários do emprego formal ocorre *dentro* dos subgrupos ocupacionais. As diferenças de salário médio entre os setores de atividade dentro de cada subgrupo ocupacional correspondem a 8% da variância total dos salários nos anos considerados, e as diferenças de salário médio dos

⁷ Foi utilizada a classificação do IBGE de 1980 em função de incompatibilidades da CNAE para comparação entre os anos considerados.

⁸ Em intervalos de 1 a 9, 10 a 99, 100 a 499, 500 a 999 e 1000 ou mais vínculos.

tamanhos de estabelecimento dentro de cada setor e em cada subgrupo ocupacional equivale a cerca de 6% (5,9% em 2003 e 6,5% em 2013).

Tabela 1: Composição da variância dos salários médios do emprego formal entre subgrupos ocupacionais, setores de atividade e tamanhos de estabelecimento (salários de dezembro de cada ano)

Especificação	2003		2013	
	Variância	Proporção (%)	Variância	Proporção (%)
Variância <i>entre</i> subgrupos ocupacionais	532.213,31	22,3	2.333.265,50	24,5
Variância <i>dentro</i> de subgrupos ocupacionais	1.854.362,70		7.182.130,65	
Variância <i>entre</i> setores de atividade	192.813,35	8,1	784.475,27	8,2
Variância <i>dentro</i> de setores de atividade	1.661.549,35		6.397.655,38	
Variância <i>entre</i> tamanhos de estabelecimento	139.900,86	5,9	616.065,13	6,5
Variância <i>dentro</i> de tamanhos de estabelecimento (Resíduo)	1.521.648,49		5.781.590,25	
Variância total	2.386.576,01	100,0	9.515.396,15	100,0

Fonte: MTE – RAIS. Elaboração própria.

Com o aumento da importância dos subgrupos ocupacionais e, em menor escala, dos tamanhos de estabelecimentos como fator de diferenciação das remunerações do emprego formal, houve uma pequena redução entre 2003 e 2013 na proporção da variância total devida às diferenças de remuneração dentro das classes de tamanho de estabelecimentos nos diversos setores de atividade e subgrupos ocupacionais (passou de 63,7% para 60,8%). Ou seja, a dispersão salarial do emprego formal permanece ainda muito grande, mesmo quando controlados a categoria ocupacional, o setor de atividade e o tamanho do estabelecimento que geram o emprego formal.

Porém, como já citado, o desvio padrão dos salários do emprego formal aumentou 18% entre 2003 e 2013, enquanto que o desvio padrão do salário médio dos subgrupos ocupacionais aumentou 23,8% e o desvio padrão dos salários dentro dos subgrupos ocupacionais aumentou 16,3%. Ou seja, entre 2003 e 2013, aumentou a importância dos subgrupos ocupacionais como fator de diferenciação das remunerações do emprego formal. Assim, o desvio padrão dos salários médios dos subgrupos ocupacionais em 2003 equivale a 53,6% do desvio padrão dos salários médios dentro dos subgrupos ocupacionais, enquanto que, em 2013, essa proporção subiu para 57%. As diferenças salariais dentro dos subgrupos ocupacionais continuaram ainda muito grandes, mas aumentaram menos que as diferenças salariais entre os subgrupos ocupacionais. Comparativamente à média, as diferenças salariais dentro dos subgrupos passaram de 138,2% para 123,1%, entre 2003 e 2013, enquanto que o coeficiente de variação dos salários médios dos subgrupos passou de 53,5% da média para 56,9%. Não obstante a diminuição das diferenças salariais dentro dos subgrupos ocupacionais, elas continuam muito grandes, especialmente dentro dos subgrupos que têm maiores salários médios. Os fatores relacionados com essa diferenciação de salário *dentro* dos subgrupos ocupacionais são os mais variados, e sua importância relativa é difícil de ponderar.

Em suma, mesmo que as diferenças salariais *entre* os subgrupos ocupacionais sejam inferiores se comparadas com as diferenças *dentro* dos subgrupos ocupacionais, o peso da variância dos salários médios dos grupos ocupacionais na composição da variância total dos salários do emprego formal não somente é significativo como

aumentou no período considerado, justificando destacar os grupos ocupacionais na análise da evolução da dispersão dos salários do emprego formal.

4. AS DIFERENÇAS SALARIAIS POR TIPO DE OCUPAÇÃO E AS FAIXAS DE SALÁRIO MÉDIO

De acordo com a CBO, é possível identificar até 195 subgrupos ocupacionais⁹. Essas categorias indicam o domínio dos campos profissionais de famílias ocupacionais agregadas que, por sua vez, indicam o domínio de uma infinidade de ocupações catalogadas no Brasil. No entanto, a cada ano, nem todas as categorias ocupacionais registram vínculos de emprego na RAIS e, portanto, o estoque de empregos formais de cada ano nem sempre se expressará por todas as 195 categorias anteriormente definidas pela CBO.

Assim, ao longo dos anos, as ocupações são reorganizadas entre as famílias e os grupos ocupacionais já existentes, além do surgimento de novos grupos, novas ocupações e do desaparecimento de outras. Sendo assim, os estoques de empregos formais no Brasil, nos anos de 2003 e de 2007, organizavam-se em 185 categorias ocupacionais, enquanto que o estoque de 2013 precisava de 188 categorias ocupacionais. Essa diferença pode ser explicada pelo modo como os vínculos de emprego são classificados; enquanto surgiram novas ocupações, outras desapareceram, e outras eram reclassificadas.

Na RAIS, entre 2003 e 2013, uma categoria ocupacional deixou de registrar vínculos: a categoria “Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral”, que em 2003 registrava 105.185 vínculos de emprego formal, em 2013 passou a não registrar mais nenhum vínculo. Por outro lado, quatro outras categorias em que não constava vínculo algum de emprego formal em 2003 passaram a registrar vínculos em 2013. Eram as categorias “Trabalhadores do Artesanato Urbano Rural” com 588 vínculos, “Profissionais em Gastronomia e Serviços de Alimentação” com 9.408 vínculos, “Profissionais da Medicina” com 269.106 vínculos, e a categoria “Título a ser definido” com 91 vínculos.

Por esse motivo, optou-se por reunir essas categorias a outras do mesmo subgrupo, de modo que os estoques de vínculos de emprego formal pudessem ser classificados nas mesmas categorias ocupacionais em todos os anos da análise¹⁰. Dessa maneira, os vínculos de emprego constantes na RAIS, de 2003 a 2013, puderam ser classificados nas mesmas 183 categorias ocupacionais. Essas 183 categorias ocupacionais puderam, então, ser agrupadas em *faixas de salário médio*, com seus limites definidos em função do salário médio geral do ano de 2003. Desse modo, as categorias ocupacionais puderam ser dispostas em faixas de salário médio em função da relação entre o salário médio de cada categoria e o salário médio geral do ano 2003 (ver Tabela 2). Assim, foram identificadas cinco faixas de salário médio: a Faixa 1 (até

⁹ Para informações sobre a estrutura da CBO-2002, consulte Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf>>. Acesso em 07 abril 2015.

¹⁰ O subgrupo ocupacional dos “Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral” foi incorporado ao subgrupo “Outros Trabalhadores de Serviços Diversos”; o subgrupo “Trabalhadores do Artesanato Urbano Rural” agregou-se aos subgrupos “Trabalhadores do Artesanato da Madeira e do Mobiliário” e “Trabalhadores Artesanais das Atividades Têxteis, do Vestuário e das Artes Gráficas”; o subgrupo dos “Profissionais em Gastronomia e Serviços de Alimentação” foi incorporado ao subgrupo dos “Trabalhadores dos Serviços de Hotelaria e Alimentação”; o subgrupo dos “Profissionais da Medicina” foi incorporado ao subgrupo dos “Profissionais da Medicina, Saúde e Afins”; e por fim, os vínculos não classificados e os constantes no subgrupo “Título a ser definido” foram agregados a uma nova classificação, a categoria “Outros”.

metade do salário médio), a Faixa 2 (de metade a três quartos do salário médio), a Faixa 3 (de 0,75 a 1,25 salário médio), a Faixa 4 (de 1,25 a 2,5 salários médios) e a Faixa 5 (2,5 ou mais salários médios).

Tabela 2: Distribuição dos vínculos de emprego formal entre categorias ocupacionais classificadas por faixas de salário médio a preços de dez/2013 (INPC-IBGE) no ano de 2003

Faixas de Salário Médio	Quantidade de categorias ocupacionais	Vínculos			Salários	
		Quantidade Vínculos	Prop. sobre total (%)	Vínculos por Categoria	Salário Médio Real	Coefficiente de Variação
Faixa 1	18	5.885.119	19,9	267.477,78	R\$ 696,66	0,76
Faixa 2	39	6.646.245	22,5	170.416,54	R\$ 948,41	0,94
Faixa 3	51	10.398.501	35,2	203.891,18	R\$ 1.524,51	1,09
Faixa 4	52	5.416.762	18,3	104.168,50	R\$ 2.925,24	1,26
Faixa 5	23	1.198.300	4,1	52.100,00	R\$ 5.964,25	1,11
Total	183	29.544.927	100,0	161.447,69	R\$ 1.666,89	1,57

Fonte: MTE – RAIS, 2003. Elaboração própria.

Com o menor número de categorias ocupacionais – 18 categorias –, a Faixa 1 de salários médios (F1) é composta por muitas ocupações ligadas à atividade agropecuária, como por exemplo as categorias “Trabalhadores na Pecuária” e “Trabalhadores Agrícolas”; atividades ligadas aos serviços não qualificados, como por exemplo as categorias “Trabalhadores nos Serviços de Administração, Conservação e Manutenção de Edifícios e Logradouros”, “Trabalhadores dos Serviços de Hotelaria e Alimentação” e os “Trabalhadores nos Serviços de Embelezamento e Cuidados Pessoais”; e ainda ocupações ligadas à manufatura, como os “Trabalhadores da Confecção de Roupas”, os “Trabalhadores de Montagem de Móveis e Artefatos de Madeira”, e os “Trabalhadores da Confecção de Calçados”.

Apesar de abranger somente 18 categorias, a faixa F1 contava, em 2003, com quase 20% do total de vínculos de emprego naquele ano, de modo que essas categorias apresentam a maior média de vínculos por categoria dentre as faixas de salário médio. O salário médio da faixa F1, apesar de estar em um nível bastante baixo, equivalia ainda a um valor 72% maior que o salário mínimo da época. O coeficiente de variação dos salários dos vínculos de emprego dessa faixa é o mais baixo, porém, ainda assim, é muito alto, pois o desvio padrão equivalia à 76% do salário médio.

Com uma quantidade de categorias ocupacionais, bem superior que a da Faixa 1 – 39 categorias –, a Faixa 2 (F2) é composta por muitas categorias ocupacionais com poucos vínculos. No entanto, a média de vínculos por categoria nessa faixa não é tão baixa em razão de algumas categorias que a compõem como, por exemplo, os “Vendedores e Demonstradores”¹¹, os “Embaladores e Alimentadores de Produção”, “Trabalhadores de Informações ao Público”, os “Caixas, Bilheteiros e Afins”, os “Trabalhadores de Manobras sobre Trilhos e Movimentação e Cargas”, os “Trabalhadores dos Serviços de Saúde”, “Trabalhadores Artesanais da Agroindústria, na Indústria de Alimentos e do Fumo” e “Secretários de Expediente e Operadores de Máquinas de Escritórios”, que ultrapassam as centenas de milhares de vínculos.

¹¹ A categoria ocupacional “Vendedores e Demonstradores” se destaca na faixa F2 pela sua quantidade de vínculos. Mediante uma média de cerca de 170.000 mil vínculos entre as 39 categorias da faixa F2, essa categoria ocupacional registrava 1.870.017 vínculos em 2003.

Em 2003, o salário médio das categorias ocupacionais da F2 equivalia a aproximadamente 2,3 salários mínimos da época, sendo 36,1% maior que o salário médio da F1. Não obstante, o coeficiente de variação desses salários era maior que o dos salários da F1, com o desvio padrão equivalendo a 94% do valor do salário médio. Nesse mesmo ano, os vínculos de emprego formal da F2 respondiam por 22,5% do total de empregos formais, ou seja, quase um quarto do total. Assim, chamamos a atenção para o fato de que as duas faixas mais baixas de salários médios abrigavam quase metade de todos os empregos formais, ou seja, respondiam por 42,4% do estoque de emprego formal no Brasil no ano de 2003.

Abrangendo 51 categorias ocupacionais, a Faixa 3 (F3) é a *faixa intermediária de salários médios*, com os salários médios de suas categorias ocupacionais compreendidos entre três quartos e 1,25 salário médio geral da RAIS. Ainda que contenha um dos maiores números de categorias dentre as faixas de salário médio, o número médio de vínculos da F3 era relativamente alto em 2003, em razão de categorias ocupacionais como os “Trabalhadores nos Serviços de Proteção e Segurança”, os “Condutores de Veículos e Operadores de Equipamentos de Elevação e de Movimentação de Cargas” apresentarem mais de um milhão de vínculos cada, e como “Professores de Nível Médio na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Profissionalizante” e “Técnicos da Ciência da Saúde Humana”, cerca de oitocentos mil e quinhentos mil vínculos, respectivamente.

Em 2003, o salário médio da *faixa intermediária de salários médios* F3 equivalia a 3,8 salários mínimos da época e era 60,7% maior do que a o salário médio da F2. Novamente, o coeficiente de variação dessa faixa se apresenta maior do que o da faixa imediatamente anterior, com o seu desvio padrão 9% maior do que o seu salário médio, ou seja, ultrapassando a unidade. Nesse ano, a F3 foi a faixa com o maior número absoluto de vínculos entre as faixas de salário médio, respondendo por 35,2% do estoque de emprego formal.

Apesar de ter o maior número de categorias ocupacionais – 52 categorias, a Faixa 4 (F4) é composta por categorias cujo número médio de vínculos apresenta-se bastante baixo em relação às outras faixas. Esse fato expressa o caráter mais especializado das categorias da F4, geralmente mais qualificadas e melhor remuneradas. Não obstante, algumas categorias dessa faixa registravam, em 2003, quantidades de vínculos relativamente altas, como os “Membros Superiores do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário”, os “Profissionais da Medicina, Saúde e Afins”, os “Gerentes de Produção e Operações”, os “Técnicos das Ciências Administrativas”, os “Professores do Ensino Superior”, os Escriturários Contábeis e de Finanças”, os “Técnicos de Nível Médio em Operações Comerciais” e os “Trabalhadores de Usinagem e Compósitos”.

Assim, mesmo com o maior número de categorias entre as faixas de salário médio, a F4 abrangia 18,3% do estoque de vínculos de emprego formal no ano de 2003 no Brasil, proporção bastante baixa se comparada à proporção de vínculos da faixa intermediária. Seu salário médio equivalia, na época, a 7,2 salários mínimos e era 92% maior que o salário médio da faixa intermediária. Dentre as faixas de salário médio das categorias ocupacionais, os salários dos vínculos das categorias ocupacionais da F4 eram os mais dispersos, registrando o maior coeficiente de variação; seu desvio padrão era 26% maior que o seu salário médio.

Por fim, a Faixa 5 (F5), a faixa de maior salário médio, é formada por 23 categorias ocupacionais. Com a menor média de vínculos por categoria de todas as faixas de salário médio, as categorias ocupacionais da F5 são altamente especializadas e muito bem remuneradas. Não obstante, algumas categorias registravam, em 2003, um número expressivo de vínculos de emprego, como os “Gerentes de Áreas de Apoio” e

os “Profissionais de Organização e Administração de Empresas e Afins”, com cerca de 350 mil e 260 mil vínculos, respectivamente.

O salário médio da F5 equivalia, em 2003, a 14,7 salários mínimos e era o dobro do salário médio da F4. Os salários que a compunham também eram bastante dispersos, embora menos que os dos da F4. O desvio padrão dos salários dos vínculos de emprego dessa faixa era 11% maior do que o seu salário médio. São, fundamentalmente, trabalhadores ligados às atividades de gestão e direção das empresas (diretores, gerentes e supervisores, profissionais de administração de empresas etc.) e profissionais de nível superior, como os “Profissionais da Biotecnologia e Metrologia”, “Profissionais de Eletromecânica”, “Profissionais de Relações Públicas, Marketing e Comercialização”, “Agrônomos”, “Técnicos em Mineralogia”, “Matemáticos, Estatísticos e afins”, “Profissionais da Informática”, “Físicos, Químicos e Afins”, “Engenheiros, Arquitetos e Afins” e pesquisadores em geral; ou ligados a atividades públicas de alta qualificação, como os “Profissionais de Investigação Criminal”, “Advogados, Procurados, Tabeliões e Afins”, “Auditores Fiscais Públicos” e “Advogados do Poder Judiciário e da Segurança Pública”.

A distribuição dos salários das categorias ocupacionais (por faixas de salário médio) em termos de intervalos de salário mínimo de 2003 confirma a grande diferença de remuneração entre as faixas (ver Tabela 3) naquele ano. Nas faixas F1 e F2, cerca de 80% ou mais dos vínculos de emprego formal tinham remuneração de, no máximo, três salários mínimos, ao passo que na F3 essa proporção era de 53,3%. Na F4, a proporção de remunerações até três salários mínimos era de 30,7%, e na F5, era de 17,7%. Em contrapartida, no máximo 5,5% dos vínculos de emprego das faixas F1 e F2 tinham remuneração acima de cinco salários mínimos, ao passo que a proporção desses vínculos que ultrapassavam cinco salários mínimos era de 20,2% na F3, 45,3% na F4 e, finalmente, 69,1% na F5.

Tabela 3: Distribuição dos vínculos de emprego formal entre faixas de salário médio das categorias ocupacionais, por intervalos de salários mínimo, no ano de 2003

Especificação	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Total
Até 3 salários mínimos (%)	89,6	79,4	53,3	30,7	17,7	60,8
De 3 a 5 salários mínimos (%)	5,7	12,2	23,7	21,6	11,4	16,6
Mais de 5 salários mínimos (%)	1,6	5,5	20,2	45,3	69,1	19,8
Não classificados (%)	3,1	2,9	2,9	2,4	1,9	2,8
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Salário mediano em relação ao salário mínimo (a)	1,49	1,93	2,81	4,69	9,79	2,4
Salário médio em relação ao salário mínimo (b)	1,72	2,34	3,75	7,28	14,69	4,11
Relação a/b	0,868	0,826	0,749	0,644	0,667	0,585
Coeficiente de variação dos salários	0,76	0,94	1,09	1,26	1,11	1,57

Fonte: MTE – RAIS, 2003. Elaboração própria.

O salário mediano expressa melhor a posição da distribuição do que a média, dada a enorme assimetria dessa distribuição em todas as categorias ocupacionais, especialmente nas duas faixas de maior remuneração (F4 e F5). O salário mediano da F1 equivalia a praticamente 1,5 salário mínimo, enquanto que o salário mediano da F2 equivalia a 1,9. Ou seja, a mediana dos salários da F2 era 29,5% maior do que a

mediana dos salários da F1 – uma diferença menor do que a dos salários médios entre essas duas faixas, que era de 36,1%. O salário mediano da F1 equivalia a 86,9% do salário médio dessa faixa, enquanto que na F2 essa proporção era de 82,6%. A maior diferença entre média e mediana dos salários dos vínculos de emprego formal da F2 (comparativamente à F1) traduz o fato de que a distribuição dos salários nessa faixa F2 tinha maior assimetria do que na faixa F1, ou seja, a dispersão salarial da F2 com relação à F1 era maior, assim como o grau de assimetria da distribuição.

Já a faixa F3, faixa de categorias ocupacionais de remuneração com *nível intermediário*, também tinha maior dispersão e assimetria do que a faixa F2. O seu salário mediano equivalia a 2,8 salários mínimos, 45,6% maior do que o salário mediano da F2. O salário mediano da faixa F4 era 66,9% maior do que o da faixa F3, mas com maior dispersão e também maior assimetria (maior coeficiente de variação e menor relação entre salário mediano e salário médio). Já o salário mediano da faixa F5 era mais do que o dobro do salário mediano da faixa F4, mas a sua dispersão relativa era menor (a diferença entre os seus desvios padrão não era tão grande quanto a diferença dos salários médios entre as faixas F4 e F5) e a assimetria era semelhante, uma relação entre salário médio e mediano em torno de dois terços. Considerando-se o emprego formal de 2003 com um todo, o salário mediano geral equivalia a 2,4 salários mínimos, enquanto que o coeficiente de variação geral dos salários do emprego formal daquele ano era muito maior do que o coeficiente de variação de qualquer faixa de salário médio isolada, assim como a assimetria, inclusive com relação às faixas F4 e F5.

5. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DOS SALÁRIOS DO EMPREGO FORMAL

O crescimento do estoque de vínculos de emprego formal nos subperíodos 2003-2007 e 2007-2013 foi desproporcional ao crescimento do PIB. Do primeiro subperíodo para o segundo, houve desaceleração tanto de um quanto de outro (ver Tabela 4)¹². No entanto, a desproporção entre os dois aumentou de um subperíodo para o outro, pois em 2003-2007, o ritmo de crescimento dos vínculos de emprego formal foi cerca de 32% maior que o do crescimento do PIB, enquanto que, em 2007-2013, o ritmo do crescimento dos vínculos de emprego formal foi cerca de 45% maior que o ritmo do crescimento do PIB. No conjunto do período 2003-2013, os vínculos ampliaram-se ao ritmo de 5,2% ao ano, enquanto que o PIB o fez no ritmo de 3,7% – uma diferença de 41%.

Ao se observar o crescimento dos vínculos de emprego formal classificados pelas faixas de salário médio das categorias ocupacionais, verifica-se que os que registraram maior crescimento foram os vínculos das categorias ocupacionais das faixas F2 e F5. Já os vínculos das categorias ocupacionais das faixas F3 e F4 tiveram crescimentos semelhantes e menores do que os das faixas F2 e F5, enquanto que as categorias ocupacionais com a menor ampliação do número de vínculos foram as da F1. Mesmo assim, o estoque de vínculos de emprego formal das categorias ocupacionais da F1 ampliou-se em 3,9% ao ano, ritmo um pouco maior do que o do PIB no mesmo período, que foi de 3,7% ao ano.

Nos dois subperíodos 2003-2007 e 2007-2013, o menor ritmo de crescimento dos vínculos de emprego formal ocorreu nas categorias ocupacionais da F1, mas no

¹² A periodização foi feita utilizando os dados do ano de 2007 para evitar a “contaminação” do período 2003-2007 com os efeitos da crise financeira mundial de 2008, que afetou o Brasil no quarto trimestre do mesmo ano. Como os dados da RAIS fazem referência ao dia 31 de dezembro, optou-se por fazer o corte dos subperíodos entre dez/2003-dez/2007 e o período seguinte, entre dez/2007-dez/2013, já com os efeitos da crise a partir do quarto trimestre de 2008.

subperíodo 2003-2007 o ritmo de crescimento dos vínculos da F1 foi o mesmo das faixas F3 e F4. Assim, percebe-se que houve desaceleração do ritmo de crescimento do estoque de vínculos de emprego formal em todas as faixas de salário médio entre os dois subperíodos, mas a desaceleração do crescimento do estoque de vínculos foi bem mais acentuada entre as categorias ocupacionais da F1. O crescimento dos vínculos de emprego formal das categorias ocupacionais da F1 no período 2007-2013 foi inferior, inclusive, ao crescimento do PIB.

Tabela 4: Evolução do PIB e dos vínculos de emprego formal no Brasil por faixas de salários médio de categorias ocupacionais, em subperíodos selecionados

Faixas de salário médio	2003-2007		2007-2013		2003-2013	
	Δ%	Δ% (a.a.)	Δ%	Δ% (a.a.)	Δ%	Δ% (a.a.)
PIB	20,3	4,7	19,9	3,1	44,2	3,7
Total	27,3	6,2	30,2	4,5	65,7	5,2
Faixa 1	20,2	5,6	18,6	2,9	47,3	3,9
Faixa 2	34,9	7,8	34,4	5,0	81,3	6,1
Faixa 3	24,5	5,6	30,6	4,6	62,6	5,0
Faixa 4	24,2	5,6	28,9	4,3	60,0	4,8
Faixa 5	38,7	8,5	60,0	8,1	122	8,3

Fonte: MTE – RAIS, vários anos. Elaboração própria.

Com esse crescimento dos vínculos de emprego formal, alterou-se a composição de vínculos por nível de remuneração média das categorias ocupacionais: a proporção de vínculos que compunham a F1 diminuiu de 19,9% do total do emprego formal em 2003 para 17,7% em 2013; a proporção dos vínculos da F2 aumentou de 22,5% para 24,6%; e a da F5 aumentou de 4,1% para 5,5%. Já a proporção de vínculos de emprego formal da F3 caiu de 35,2% para 34,5%, enquanto que a proporção dos vínculos da F4 diminuiu de 18,3% para 17,7%. Assim, a ampliação do estoque de vínculos de emprego formal que ocorreu com o crescimento do PIB e com a formalização dos contratos de trabalho e dos próprios estabelecimentos, no período compreendido entre 2003 e 2013, ocorreu principalmente entre as categorias ocupacionais das faixas F2 e F5.

A mediana dos salários do emprego formal geral no conjunto do período 2003-2013 aumentou 20,2% – ou 3,4% ao ano. Essa elevação foi bastante expressiva, mas bem menor do que a do salário mínimo, que entre dezembro de 2003 e dezembro de 2013 aumentou 67% – ou 5,3% ao ano (ver Tabela 5). Entretanto, a desproporção entre o aumento do salário mínimo e o do salário mediano do emprego formal geral diminuiu entre os subperíodos 2003-2007 e 2007-2013, pois enquanto o ritmo de aumento do salário mínimo diminuiu de 7,1% para 4,0% ao ano, o ritmo de aumento do salário mediano do emprego formal geral aumentou de 2,0% para 4,4% ao ano. Frente a esse dado, poderíamos formular a hipótese de que a continuidade de um intenso crescimento do estoque de vínculos de emprego formal com uma inflação relativamente baixa poderia ter contribuído para ampliar a diferença entre os reajustes salariais das categorias profissionais e a inflação, ajudando a ampliar a intensidade do crescimento da mediana dos salários do emprego formal no Brasil, que, como foi dito anteriormente, superou, inclusive, o ritmo de crescimento do salário mínimo, no subperíodo 2007-2013.

Tabela 5: Evolução do salário mínimo e do nível salarial do emprego formal no Brasil medido pelo salário mediano, por faixas de salário médio de categorias ocupacionais, em subperíodos selecionados

Faixas de salário médio	2003-2007		2007-2013		2003-2013	
	$\Delta\%$	$\Delta\%$ (a.a.)	$\Delta\%$	$\Delta\%$ (a.a.)	$\Delta\%$	$\Delta\%$ (a.a.)
Salário Mínimo	31,4	7,1	27,1	4,0	67,0	5,3
Total	8,4	2,0	29,3	4,4	20,2	3,4
Faixa 1	22,2	5,1	27,1	4,1	55,3	4,5
Faixa 2	12,0	2,9	24,3	3,7	39,2	3,4
Faixa 3	13,1	3,1	21,5	3,3	37,4	3,2
Faixa 4	11,9	2,8	18,9	2,9	33,0	2,9
Faixa 5	-1,1	-0,3	3,1	0,5	2,0	0,2

Fonte: MTE – RAIS, vários anos. Elaboração própria.

No conjunto do período 2003-2013, percebe-se uma relação inversa entre o ritmo de crescimento dos salários medianos das faixas de salários médios e o nível desses salários. Observando os conjuntos de categorias ocupacionais classificados pelas faixas de salário médio, pode-se perceber que em todas elas, salvo na F1, houve aceleração do ritmo de crescimento do salário mediano. Não obstante, no subperíodo 2007-2013, o maior aumento de salário mediano continua sendo o da F1 e a aceleração mais intensa do ritmo de crescimento do salário mediano ocorre na F2. A aceleração do ritmo de aumento do salário mediano da F4 foi muito pequena e na F5 houve uma ligeira redução do salário mediano no subperíodo 2003-2007, e um pequeno aumento no subperíodo 2007-2013. Portanto, a aceleração do aumento do salário mediano geral se deu principalmente na faixa F2.

Medida pela relação entre o salário mediano e o salário médio, a assimetria dos salários do emprego formal no Brasil aumentou ligeiramente entre 2003 e 2007 e diminuiu expressivamente entre 2007 e 2013 (ver Tabela 6).

Tabela 6: Efeitos das mudanças na assimetria da distribuição das remunerações do emprego formal (relação entre salário mediano e salário médio)

Faixas de salário médio	2003	2007	2013
Faixa 1	0,869	0,923	0,941
Faixa 2	0,826	0,848	0,860
Faixa 3	0,748	0,768	0,779
Faixa 4	0,644	0,665	0,696
Faixa 5	0,667	0,635	0,632
Total	0,585	0,578	0,628

Fonte: MTE – RAIS, vários anos. Elaboração própria.

Considerando as categorias ocupacionais classificadas pelas faixas de salário médio, há uma diminuição continuada da assimetria dos salários do emprego formal nas faixas F1, F2, F3 e F4 em todo o período 2003-2007-2013. Já na faixa F5, a forte ampliação do estoque de vínculos de emprego formal das suas categorias ocupacionais que ocorreu nos dois subperíodos foi acompanhada de aumento da assimetria da distribuição dos salários no subperíodo 2003-2007, ao passo que essa assimetria se

manteve praticamente inalterada no subperíodo 2007-2013. De um modo geral, percebe-se que quanto maior a faixa de salário médio, maior a assimetria dos salários dos vínculos das suas categorias ocupacionais.

Praticamente toda a redução da dispersão relativa dos salários do emprego formal ocorreu entre 2007 e 2013, já que foi muito pequena a redução do coeficiente de variação dos salários entre 2003 e 2007. Observando-se os coeficientes de variação dos salários nas faixas de salários médios (ver Tabela 7), observa-se que há uma correlação entre a dispersão relativa e o nível dos salários médios dessas faixas. Essa relação fica ainda mais clara em 2013, já que, nos anos 2003 e 2007, o coeficiente de variação dos salários da F5 é menor do que o coeficiente de variação da F4. Nos salários dos vínculos das faixas F1, F2 e F4 houve uma redução continuada da dispersão relativa entre 2003 e 2013, enquanto que, na F3, a dispersão aumenta ligeiramente no subperíodo 2003-2007 e cai expressivamente no subperíodo 2007-2013; e, na F5, a dispersão aumenta consideravelmente no subperíodo 2003-2007 e se mantém praticamente inalterada no subperíodo 2007-2013.

Tabela 7: Dispersão relativa dos salários do emprego formal, por faixas de salário médio das categorias ocupacionais (coeficiente de variação)

Faixas de salário médio	2003	2007	2013
Faixa 1	0,76	0,71	0,62
Faixa 2	0,94	0,89	0,79
Faixa 3	1,09	1,10	1,02
Faixa 4	1,26	1,20	1,10
Faixa 5	1,11	1,18	1,18
Total	1,57	1,55	1,42

Fonte: MTE – RAIS, vários anos. Elaboração própria.

Assim, de um modo geral, o aumento da dispersão relativa dos salários nas categorias ocupacionais da faixa F5, no subperíodo 2003-2007, ajudou a amortecer a queda da dispersão relativa geral dos salários do emprego formal nesse subperíodo. Não obstante, ocorre uma significativa diminuição da dispersão salarial relativa no emprego formal geral no Brasil, especialmente no subperíodo 2007-2013, pois ocorreu diminuição da dispersão salarial em todas as faixas de salário médio com exceção da F5, que representa somente entre 4% e 5% do total do emprego formal no país, além da diminuição nas diferenças de nível salarial entre as faixas de categorias ocupacionais segundo o salário médio também ocorrida.

6. O PAPEL DO SALÁRIO MÍNIMO E DOS REAJUSTES SALARIAIS DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

No entanto, por mais que o crescimento do emprego formal e a elevação do poder de compra dos salários tenham ocorrido com redução da desigualdade salarial entre os trabalhadores, ela desigualdade ainda continua muito alta e ainda há muito a se fazer para diminuí-la. Ainda assim, alguns instrumentos de política pública se mostraram eficazes para auxiliar o processo de diminuição da desigualdade salarial que ocorreu ao longo da década compreendida entre 2003 e 2013. A elevação do valor do salário mínimo, por exemplo, teve um papel importante na redução da desigualdade salarial do emprego formal, especialmente para as categorias ocupacionais com menores salários médios. O salário mínimo tem um impacto direto na distribuição dos salários do

emprego formal, pois a condição de formalidade do contrato de trabalho pressupõe que a remuneração do emprego formal seja, ao menos, o salário mínimo estipulado em lei, configurando um dos direitos do trabalhador assegurados pela legislação¹³.

Entre os meses de dezembro de 2003 e dezembro de 2013, o salário mínimo no Brasil obteve um crescimento nominal de 182,5%, significando um crescimento real de 67% do seu poder de compra. O crescimento real do salário mínimo fez com que seu valor passasse de 25% do salário médio do emprego formal de 2003 para 30% do mesmo salário médio em 2013. Como foi mencionado antes neste artigo, o salário médio do emprego formal, que equivalia a 4,1 salários mínimos em 2003, passou a equivaler 3,2 em 2013. Já o salário mediano do emprego formal equivalia a 2,4 salários mínimos em 2003 e aumentou seu poder de compra, entre 2003 e 2013, em 35,7% – 3,1% ao ano –, passando a equivaler a 1,95 salários mínimos em 2013. Assim, a comparação do salário mínimo com a mediana do salário do emprego formal indica que o salário mínimo passou de 41,6% para 51,3% dela.

Muito embora o aumento do valor do salário mínimo tenha contribuído para tornar mais razoável o nível dos salários na parte inferior da distribuição de remunerações do emprego formal, o nível geral dessas remunerações, expressado pela mediana, ainda é muito baixo em relação ao salário médio, indicando que há muito a se fazer para reduzir as enormes desigualdade e assimetria que existem na distribuição dos salários do emprego formal no Brasil. Um salário mínimo equivalente a 51,3% do salário mediano do emprego formal se aproxima de um nível que não é muito distante do que ocorre em países desenvolvidos. Mas a mediana dos salários do emprego formal continua muito abaixo do salário médio, tendo passado de 58,5% do salário médio de 2003 para 60,7% do salário médio de 2013. Nesse sentido, a política de valorização do salário mínimo, apesar de ter tido um importante papel na elevação do nível dos salários inferiores e auxiliar na diminuição da dispersão dos salários em geral, não foi suficiente para corrigir a grande desigualdade e a assimetria que caracterizam os salários do emprego formal no Brasil.

O papel da elevação do valor do salário mínimo foi corrigir o nível salarial na parte inferior da distribuição de salários do emprego formal. A correção da dispersão e da assimetria dessa distribuição exige outros instrumentos institucionais, bem como mudanças na distribuição do emprego formal por categoria ocupacional, classificada em função do salário médio. Nesse sentido, os reajustes salariais negociados pelos sindicatos são muito importantes e existem evidências nas pesquisas do DIEESE de que os ganhos reais obtidos, no período analisado, tenderam a ser tanto maiores quanto mais intensos e continuados foram os crescimentos da produção e do emprego formal, mantendo-se baixo o ritmo da inflação.

O intenso e continuado aumento do emprego formal no período 2003 – 2013 elevou não somente a proporção de sindicatos que lograram reajustes salariais maiores do que a inflação, mas ampliou também as diferenças entre as magnitudes dos reajustes e da inflação. Este fato, ao lado do forte aumento do valor do salário mínimo e de mudanças na distribuição dos empregos formais gerados por tipo de categoria

¹³ Apesar da garantia constitucional do salário mínimo, a RAIS registra uma porcentagem de vínculos de emprego formal com remuneração inferior a um salário mínimo. Uma possível explicação para a existência de vínculos formais de emprego declarados à RAIS que percebiam remuneração inferior ao salário mínimo se dá em função da existência da modalidade de contratação *por tempo parcial*, na qual o trabalhador é contratado para trabalhar por um período inferior ao da jornada regular de 44 horas semanais. Essa modalidade de contratação permite que os direitos trabalhistas (aí incluso o salário) sejam concedidos *de forma proporcional* à jornada de trabalho realizada pelo trabalhador (KREIN, 2007, p.138). Segundo a RAIS, 6,1% dos vínculos de emprego formal percebiam menos que o salário mínimo, tanto em 2003 quanto em 2007; essa proporção caiu para 5,5% em 2013.

ocupacional, classificadas pelo nível médio do salário, alteraram os perfis por categoria ocupacional dos vínculos de emprego formal, classificados em intervalos de salário mínimo.

A distribuição das remunerações do emprego formal em intervalos de salários mínimos mostra o quanto são elevadas a desigualdade salarial e a assimetria da distribuição. Assim, em 2003, 61% dos empregos formais pagavam até três salários mínimos e somente 4% pagavam mais de 20 salários mínimos. O perfil ocupacional dos vínculos dos intervalos de salário mínimo mostra a importância das categorias ocupacionais na diferenciação dos salários do emprego formal.

Segundo a Tabela 8, abaixo, as categorias ocupacionais tipicamente caracterizadas pelos baixos salários médios (F1 e F2) respondiam, em 2003, por cerca de dois terços dos vínculos de emprego formal com remuneração até 1,5 salário mínimo; por cerca de metade dos vínculos com remuneração entre 1,5 e 3 salários mínimos; por um quarto dos vínculos com remuneração entre 3 e 5 salários mínimos; por um décimo dos vínculos com remuneração entre 5 e 10 salários mínimos e menos de 5% dos vínculos com mais de 10 salários mínimos. Já as categorias ocupacionais tipicamente caracterizadas pelos altos salários médios (F4 e F5), respondiam por três quartos dos vínculos de emprego formal com remuneração acima de 10 salários mínimos; pouco menos da metade dos vínculos com remuneração entre 5 e 10 salários mínimos; um quarto dos vínculos com remuneração entre 3 e 5 salários mínimos; pouco mais que um décimo dos vínculos entre 1,5 e 3 salários mínimos; e menos de um décimo dos vínculos com remuneração até 1,5 salário mínimo.

Tabela 8: Distribuição dos vínculos de emprego formal em intervalos de salário mínimo por faixas de salário médio de categorias ocupacionais

Faixas de salário médio	Até 1,5 salário mínimo		De 1,51 a 3,0 salários mínimos		De 3,1 a 5,0 salários mínimos		De 5,1 a 10 salários mínimos		Mais de 10 salários mínimos	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Faixa 1	41,1	33,6	21,6	15,1	6,8	3,7	2,3	1,4	0,5	0,3
Faixa 2	27,3	33,5	30,8	28,8	16,6	13,0	8,1	6,5	3,2	2,1
Faixa 3	23,8	24,4	35,5	40,6	50,1	47,0	44,5	34,8	22,0	19,2
Faixa 4	7,0	7,2	10,8	12,7	23,8	29,8	38,2	42,8	48,3	45,3
Faixa 5	0,9	1,4	1,4	2,8	2,8	6,4	6,9	14,5	26,0	33,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE – RAIS, vários anos. Elaboração própria.

Como mencionado anteriormente, com o forte aumento do emprego formal ocorrido entre 2003 e 2013, as categorias ocupacionais das faixas de salário médio F2 e F5 aumentaram a participação na geração desse tipo de emprego e foi particularmente intensa a diminuição da participação das categorias da faixa F1. Em simultâneo, o forte aumento do valor do salário mínimo e reajustes de salário das categorias profissionais maiores que a inflação contribuíram para elevar o nível salarial das categorias ocupacionais; e essa elevação foi, proporcionalmente, tanto maior quanto menor o nível médio de remuneração da categoria ocupacional, reduzindo as diferenças entre eles. Além disso, diminuíram a dispersão relativa e a assimetria da distribuição dos salários das categorias ocupacionais que são tanto maiores quanto maior o nível salarial da categoria. A exceção foi a faixa F5, que aumentou a participação na geração de emprego

formal, mas ampliou muito pouco o nível salarial, não diminuiu significativamente a assimetria da distribuição e elevou a dispersão relativa dos salários.

As mudanças ocorridas entre 2003 e 2013 na composição dos empregos formais por categorias ocupacionais, segundo faixas de salário médio, e na dispersão e assimetria da distribuição salarial dessas faixas alteraram o perfil ocupacional por faixa de salário médio classificado por intervalos de salário mínimo. Essas mudanças no perfil ocupacional foram relativamente menores no intervalo até 1,5 salário mínimo. Os vínculos de emprego formal muito mal remunerados continuam, em 2013, fortemente concentrados nas categorias das faixas F1 e F2 que representavam, em 2003, 68,3% do total dos vínculos com remuneração até 1,5 salário mínimo, e, em 2013, passaram a abranger 67,1% desses vínculos. No entanto, considerando separadamente as duas faixas, percebe-se que houve uma mudança, ampliando-se a importância relativa da faixa F2, que passou a responder por proporção semelhante à da faixa F1 na geração dos vínculos de emprego formal com remuneração inferior a 1,5 salário mínimo.

Já no intervalo de 1,5 a 3 salários mínimos, percebe-se que diminuiu a participação das categorias ocupacionais das faixas F1 e F2 e aumentou a da F3. Em 2003, a soma das faixas F1 e F2 abrangia 52,3% dos vínculos de emprego formal com 1,5 a 3 salários mínimos; e essa proporção caiu para 43,9% em 2013, ao passo que a participação da F3 aumentou de 35,5% para 40,6% no mesmo período. A faixa F1 foi a que mais perdeu participação na geração de vínculos com 1,5 e 3 salários mínimos passando de 21,6% para 15,1%.

A perda de importância relativa das faixas F1 e F2 se repete no intervalo de 3 a 5 salários mínimos, passando de 23,3% para 16,8%. Nesse intervalo, F2 gera muito mais vínculos que F1, mas as duas faixas perderam igualmente 3 pontos percentuais de participação na geração de vínculos de emprego com 3 a 5 salários mínimos. A contrapartida dessa queda na participação das categorias ocupacionais de baixo salário médio foi o aumento da participação das categorias F4 e F5, que passaram de 26,6% para 36,2%.

Nos dois intervalos de remuneração acima de 5 salários mínimos, a mudança no perfil ocupacional que ocorreu entre 2003 e 2013 foi a diminuição da participação de F3 e os aumentos de F4 e, principalmente, F5. No agregado, F4 e F5 elevam a participação no intervalo 5 a 10 salários mínimos de 45,1% para 57,3%. Já no intervalo de mais de 10 salários mínimos, a participação conjunta de F4 e F5 ampliou-se de 74,2% para 78,5%. Nesse intervalo de salários mais altos, somente a participação de F5 aumentou, de 26% para 33,2%. Porém, F4 continua sendo a faixa de categorias ocupacionais que gera mais vínculos de emprego de mais de 10 salários mínimos, mesmo tendo diminuído sua participação de 48,3% para 45,3%.

Em suma, as mudanças no perfil ocupacional dos intervalos de salário mínimo tornaram mais nítida a influência das faixas de salário médio das categorias ocupacionais na determinação das remunerações do emprego formal. Assim, mais claramente em 2013 do que em 2003, somente as categorias das faixas F4 e F5 e, secundariamente, F3 geraram empregos formais com remuneração superior a 10 salários mínimos. Contribuiu para isso o fato de o salário mínimo de dezembro de 2013 ter valor 67% maior do que de dezembro de 2003.

Além disso, as categorias F1 e F2 praticamente não têm nenhuma importância na geração de empregos com remuneração superior a 5 salários mínimos, e isso é mais nítido em 2013 do que em 2003. As faixas F1 e F2 predominam na geração de emprego com remuneração inferior a 1,5 salário mínimo, com F3 tendo importância secundária, e isso praticamente não se modificou entre 2003 e 2013. Finalmente, nos intervalos de salário mínimo de nível intermediário, F3 predomina na geração de empregos, sendo

que no intervalo de 3 a 5 salários mínimos compartilha a posição com a soma das faixas F4 e F5, enquanto nos empregos de 1,5 a 3 salários mínimos, compartilha a posição com a soma das faixas F1 e F2.

As mudanças no perfil ocupacional dos intervalos de salário mínimo foram marcadas por aumentos de salário mais expressivos das categorias de maior salário médio em relação ao aumento do valor do salário mínimo entre os subperíodos 2003-2007 e 2007-2013, ajudadas pela continuidade do aumento do emprego formal com inflação baixa, o que inclusive colaborou para aumentar os ganhos de poder de compra nos reajustes das *categorias profissionais*¹⁴. Estes reajustes ocorreram em simultâneo a uma desaceleração do aumento do valor do salário mínimo, relacionado com a desaceleração do crescimento do PIB, que passou a ocorrer desde o início da crise global, em 2008.

As diferenças de aumento do salário médio das categorias ocupacionais diminuíram e diminuiu o grau de assimetria e dispersão relativa dos salários em cada categoria ocupacional, o que colaborou para que as modificações no perfil ocupacional dos intervalos de salário mínimo tornassem mais clara a influência das categorias ocupacionais na determinação da remuneração do emprego formal.

O que destoou nas mudanças das categorias ocupacionais foi o verificado na F5, que teve forte aumento do emprego, mas muito fraco aumento das remunerações média e mediana. A assimetria da distribuição se manteve muito alta e ampliou-se a dispersão relativa. Como mencionado, dois tipos de subgrupo ocupacional da CBO fazem parte dessa faixa: supervisores, gerentes, diretores e outros dirigentes, de um lado, e profissionais com educação de nível superior, de outro. O baixo aumento do nível salarial nessa faixa ocorreu principalmente nos cargos inferiores de direção, mas os aumentos de nível de salário foram expressivos em cargos de direção de maior nível e entre os profissionais com educação de nível superior, mantendo a assimetria e ampliando a dispersão relativa das remunerações.

7. CONCLUSÃO

O crescimento do emprego formal entre 2003-2013 decorreu do crescimento da produção e da formalização das empresas e dos contratos de trabalho. A elevação do poder de compra do salário mínimo e reajustes de salário maiores que a inflação elevaram o nível salarial e reduziram a desigualdade e a assimetria da distribuição dos salários do emprego formal.

Os aumentos do valor do salário mínimo, bem maiores do que os reajustes das categorias profissionais, elevaram a proporção de empregos formais que percebem salários mais próximos ao valor do salário mínimo, acentuando o aumento do nível salarial e a redução da assimetria e da dispersão dos salários das categorias ocupacionais, contribuindo para mudar o perfil ocupacional dos empregados em intervalos de salário mínimo.

O baixo nível e enormes assimetria e dispersão relativa dos salários do emprego formal (estas últimas não somente no agregado, mas em cada categoria ocupacional) nos subgrupos ocupacionais, setor de atividade e tamanho de estabelecimento sinalizam a desestruturação do mercado de trabalho no Brasil. As tendências na direção de maior flexibilidade do trabalho (contratação, terceirização, jornada e remuneração) agravaram essa desestruturação da compra/venda de trabalho. No entanto, a experiência recente de forte crescimento do emprego formal com baixa inflação, elevação do valor do salário

¹⁴ Por *categorias profissionais*, refiro-me às categorias profissionais nas quais se dividem as representações sindicais, ao contrário das *categorias ocupacionais*, as quais se referem aos subgrupos ocupacionais da CBO e que foram utilizadas para a construção das *faixas de salário médio* neste artigo.

mínimo e reajustes dos salários das categorias profissionais, crescentemente maiores do que a inflação, elevaram o nível e diminuíram a dispersão e a assimetria dos salários do emprego formal e, sinalizando uma tendência de maior estruturação do mercado de trabalho.

A continuidade desse processo de estruturação do mercado de trabalho assalariado no país depende do prosseguimento do crescimento do PIB com baixa inflação, da elevação do valor do salário mínimo e de reajustes das categorias profissionais acima da inflação. Dado o quadro recente de queda do consumo e estagnação do investimento, a continuidade de crescimento do emprego e dos salários fica ameaçada, especialmente agora, em que uma crise política ameaça uma reversão neoliberal.

O prosseguimento do crescimento econômico pressupõe elevação da taxa de investimento, o que aumentaria o ritmo de crescimento da produtividade da economia, reduzindo a elasticidade do emprego, porém acelerando o deslocamento de trabalhadores na direção de setores de atividade e categorias ocupacionais de maiores produtividade e remuneração, dando, assim, continuidade e aprofundando a estruturação do mercado de trabalho e a elevação do nível e redução da assimetria e dispersão dos salários do emprego formal que percebemos nos últimos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, P. E. A. Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. In: CARNEIRO, R. D. M.; MATIJASCIC, M. (Orgs.). *Desafios do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2011. Capítulo 10, p.149-165.

BALTAR, P. E. A. *et al.* Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. (Orgs.). *Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido*. Campinas, SP: Unicamp/Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, IE-Unicamp, 2006. Capítulo 2, p.29-51.

_____. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Global Labour University Working Papers*: GLU - Global Labor University. nº 9 2010.

CARDOSO JR., J. C. *De volta para o futuro? As Fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para a sua sustentabilidade temporal*. Texto para discussão nº1310. Brasília: IPEA 2007.

CORSEUIL, C. H. L.; MOURA, R.; RAMOS, L. Determinantes da Expansão do Emprego Formal: O que explica o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos? Brasília: *Revista Economia Aplicada*. v. 15, p.45-63, 2011.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. *Parcerias Estratégicas*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia. nº 22, p.169-190 2006.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2012.

KREIN, J. D. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, SP, 2007.

KREIN, J. D.; MANZANO, M. P. F. Notas sobre a formalização. Estudo de caso: Brasil. *Notas sobre a formalização*. Brasília: Escritório Regional da OIT para América Latina e Caribe., 2014.

POCHMANN, M. Mercado Geral de Trabalho: O que há de novo no Brasil? Parcerias Estratégicas. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia. v. 11, n. 22, p. 121-144, 2010.

SABOIA, J. O Salário Mínimo e seu Potencial para a Melhoria da Distribuição de Renda no Brasil. In: BARROS, R. P. D.; FOGUEL, M. N. *et al* (Orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, capítulo 32, p.479-497, 2006.

SIMÃO, A. R. A. Sistema de vigilância e fiscalização do trabalho no Brasil: Efeitos sobre a expansão do Emprego formal no período 1999-2007. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, Brasília, v. 39, p. 19-26, 2009.

SOUEN, J. A. *A política de salário mínimo no governo Lula*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP, 2013.